

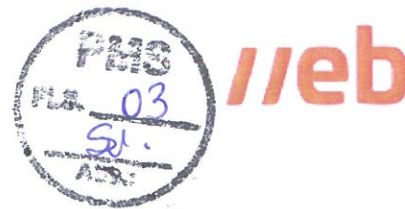
Assunto: **RES: PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS - PREGÃO ELETRÔNICO nº 90022/2024 - MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ**

De: Giovanna Branco de Moraes Almeida Sorbo
<giovanna.almeida@vr.com.br>

Para: licitacao@saquarema.rj.gov.br <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Thiago Amaral da Silva <thiago.silva@vr.com.br>, Fernanda Ramos Vieira <fernanda.ramos@vr.com.br>, Renan Duarte Sampaio <renan.sampaio@vr.com.br>, Juliana da Silva Araujo <juliana.araujo@vr.com.br>, Manuella Di Bene Roeda Ruiz <manuella.ruiz@vr.com.br>, Ana Paula Pereira Lourenco <ana.lourenco@vr.com.br>, Viviane Kelly Di Gioia <viviane.gioia@vr.com.br>

Cc:

Data: 30/08/2024 14:35



Boa tarde.

Poderiam, por favor, confirmar o recebimento do e-mail abaixo?

Obrigada!

Atenciosamente,

 f @ t y i n	Giovanna Sorbo Negócios Governamentais (11) 91164-0804 giovanna.almeida@vr.com.br
---	---

De: Giovanna Branco de Moraes Almeida Sorbo

Enviada em: quinta-feira, 29 de agosto de 2024 13:50

Para: licitacao@saquarema.rj.gov.br

Cc: Thiago Amaral da Silva <thiago.silva@vr.com.br>; Fernanda Ramos Vieira <fernanda.ramos@vr.com.br>; Renan Duarte Sampaio <renan.sampaio@vr.com.br>; Juliana da Silva Araujo <juliana.araujo@vr.com.br>; Manuella Di Bene Roeda Ruiz <manuella.ruiz@vr.com.br>; Ana Paula Pereira Lourenco <ana.lourenco@vr.com.br>; Viviane Kelly Di Gioia <viviane.gioia@vr.com.br>

Assunto: PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS - PREGÃO ELETRÔNICO nº 90022/2024 - MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ

AO

MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ

Ref. Pedido de Impugnação – PREGÃO ELETRÔNICO nº 90022/2024

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a), boa tarde.

A **VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A.**, devidamente inscrita no CNPJ nº 02.535.864/0001-33, sediada na Avenida dos Bandeirantes, 460, Brooklin Paulista, CEP: 04553-900, e-mail: licitacao@vr.com.br, vem respeitosamente, solicitar **PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO**, na forma anexa.

Favor confirmar o recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,



ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ

REF. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2024
PROCESSO Nº 14.202/2023

VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A. ("VR Benefícios"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.535.864/0001-33, estabelecida na Avenida dos Bandeirantes 460 – Brooklin Paulista – São Paulo/SP, CEP 04553-900, e-mail licitacao@vr.com.br, vem, tempestivamente, por seu representante legal, propor a presente,

IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

contra o Edital de Licitação do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2024, a ser realizado pelo **MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ**, sediada na Rua Coronel Madureira, nº 77, Centro, na Cidade de Saquarema/RJ, CEP 28.990-756, pelos motivos que passa a expor:

1. DA IMPUGNANTE

A VR Benefícios, pertencente ao grupo VR Investimentos, atuante a mais de 40 anos na gestão de ativos em diversos setores e regiões, no Brasil e no exterior.

A VR Benefícios cria, desenvolve e implementa soluções inovadoras que atendem às necessidades e aos desejos das pessoas e geram resultados para todos nas áreas de Benefícios aos Trabalhadores, Educação, Marketing Promocional e Serviços e Tecnologia.

A VR Benefícios oferece completo portfólio de produtos e serviços que simplificam e facilitam as rotinas dos gestores de Recursos Humanos e levam praticidade ao dia a dia dos beneficiários, bem como possui as inúmeras soluções de benefícios, tais como: VR Refeição, VR Alimentação, VR Auto, VR Transporte e VR Cultura.

A VR Benefícios está presente em quase todos os municípios e possui uma rede credenciada de mais de 500 mil estabelecimentos em todo território brasileiro.



Prefeitura Municipal de Saquarema
Processo 15940 / 24
Fis. 05 Rubrica R

2. DOS FATOS

O MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ irá realizar Sessão Pública no dia 05 de setembro de 2024 às 13:00, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 90022/2024, cujo objeto é a “*contratação de empresa especializada na administração e fornecimento de cartões eletrônicos, magnéticos ou de similar tecnologia, visando a concessão de auxílio alimentação para os servidores públicos do Município de Saquarema, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional nas condições estabelecidas pelo presente Edital e no Termo de Referência.*”

O referido edital, possui ilegalidades e não atende aos princípios constitucionais e licitatórios.

Desta forma, não restou alternativa à ora **impugnante**, senão apresentar esta impugnação contra ao Edital, pelas razões jurídicas abaixo relacionadas:

3. DA EXIGÊNCIA DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO JUNTO AOS ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS

O edital, em seus itens 3.6 a 3.8, informa que não será aceito que a empresa vencedora cobre qualquer valor/porcentagem a título de taxa de administração dos estabelecimentos credenciados na cidade de Saquarema/RJ, vejamos:

“3.6. Com a finalidade de promover o fomento do comércio local, será VEDADA a cobrança de taxa de administração dos estabelecimentos comerciais credenciados no Município de Saquarema em relação ao benefício do auxílio alimentação.

3.7. A fiscalização do contrato ficará atenta a qualquer tentativa de cobrança indevida da taxa de administração do comércio local, o que será considerado uma infração contratual e sujeitará a contratada às sanções administrativas cabíveis.

3.8. Durante a vigência do contrato, será VEDADA a cobrança de qualquer



despesa adicional que não esteja relacionada ao benefício do auxílio alimentação."

Diante disto, é notória a tentativa de intervenção do I. Órgão em uma relação que passa longe de sua competência.

Ora, é totalmente inviável para a empresa vencedora deixar de cobrar taxa de administração dos estabelecimentos credenciados no Município.

A exigência de ausência de cobrança de taxa perante os estabelecimentos credenciados se caracteriza como uma grave ofensa às regras da iniciativa privada e interferência direta na relação comercial entre os particulares.

A título de explicação, e citando trechos da Decisão nº 38/1996 – Plenário do TCU (utilizada como fundamento no AC nº 2004/2018 – TCU – 1ª Câmara):

...a remuneração das empresas desse ramo não se restringe à taxa de administração cobrada ou aos rendimentos eventualmente obtidos no mercado financeiro. Fica assente neste trabalho que a remuneração dessas empresas advém também das taxas de serviços cobradas dos estabelecimentos conveniados (as quais variam de 1 a 8%), das sobras de caixa que são aplicadas no mercado financeiro e das diferenças em número de dias existentes entre as operações que realiza como emissão de tíquetes, utilização desse pelo usuário, pagamento dos tíquetes pelo cliente, reembolso à rede de credenciados (varia de 7 a 16 dias).

Acerca do tema e apenas para ilustrar um entendimento consolidado de Corte de Contas, apresentamos trecho do voto da relatoria do E. Conselheiro Dimas Ramalho (TCE/SP), proferido nos autos dos eTCs-12242.989.20 e 12591.989.20, na sessão Plenária 03/06/2020:

As representações são procedentes. A fixação de limite para taxa de



administração para a rede credenciada da empresa proponente demonstra interferência nas relações jurídicas entre os particulares, extrapolando os limites da Municipalidade na fixação de regras do certame. Conforme destacado na instrução, cabe ao mercado regular essa limitação, e não à Administração da Municipalidade. É este o entendimento vigente nesta E. Corte de Contas, conforme vasta jurisprudência, a exemplo das decisões adotadas nos autos dos processos TC00858/006/09, TC-00934.989.13-8, TC-00948.989.13-2, TC003823.989.14-0, TC-003826.989.14-7, TC-006061.989.14-1, TC006109.989.14-1 e TC006218.989.14-3.

Nesse modelo de contratação, o vínculo jurídico existente entre a Administração Pública e a Contratada é regido pelas normas de direito público, sendo que a relação entre a Contratada e os estabelecimentos credenciados é regida pelo Código de Defesa do Consumidor, sendo assim, o órgão licitante não pode tentar intervir na relação entre a Contratada e sua rede credenciada, pois embora complementares, são relações reguladas por regimes jurídicos totalmente diferentes.

As contratações públicas são regidas pelo direito público, no qual, temos diversos princípios e pressupostos que precisam ser seguidos fielmente sob o risco de regime de pena. No entanto, nas relações privadas prevalece o Código Civil, onde há liberdade de contratação e autonomia privada, ou seja, as partes possuem liberdade na hora de estabelecer condições comerciais das avenças.

Dito isso, fica claro que as relações criadas pela contratação que o r. órgão pretende realizar, são complementares em sua finalidade, contudo, independentes em sua natureza, portanto o r. órgão não possui qualquer poder sobre a relação particular criada entre a Contratada e sua rede, e tampouco deve interferir no valor das taxas cobradas dos estabelecimentos.

Sabe-se que a Administração Pública só pode fazer aquilo que a Lei lhe determina, pois está vinculada à legalidade, havendo anuência apenas nos casos específicos em Lei.

Olhando por essa obviedade, torna-se imprescindível a indagação de onde o r. órgão encontrou amparo legal para intervir nas relações privadas?



Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 15940 / 24

Fls. 08 Rubrica R

Sendo assim, neste caso individualmente, o contrato de credenciamento de estabelecimentos é uma relação negocial entre as empresas, sem atrelamento a nenhuma agência reguladora, mas se houvesse ou caso futuramente passe a haver alguma agência reguladora para o objeto licitado a própria fará a fiscalização desses contratos, logo não existe razão para essa agressiva invasão na relação privada!

4. DO PEDIDO

Ante o exposto, a empresa **VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A.**, requer seja a presente impugnação recebida e a ela seja dado provimento para que o edital seja suspenso e reformulado seguindo os seguintes itens sugeridos e razoáveis para o processo:

- a) Seja excluída a exigência de determinação, por parte do I. Órgão, de ausência de cobrança de taxa de administração dos estabelecimentos credenciados no Município de Saquarema/RJ, por ser uma previsão editalícia contrária à jurisprudência das Cortes de Contas, além dos princípios da competitividade, legalidade, economicidade e impessoalidade.

Por fim, requer-se seja REPUBLICADO um novo instrumento convocatório com as devidas adequações, como é da mais elementar e necessária JUSTIÇA.

02.535.864/0001-33

**VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS
DE PROCESSAMENTO S.A.**

Av. dos Bandeirantes, 460

Brooklin Paulista - 04553-900

SÃO PAULO - SP

Termos em que,

P. deferimento.

São Paulo, 28 de agosto de 2024.

**THIAGO AMARAL DA
SILVA:12036105726**

Assinado de forma digital por THIAGO
AMARAL DA SILVA:12036105726
Dados: 2024.08.29 13:36:47 -03'00'

VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A.

CNPJ: 02.535.864/0001-33

THIAGO AMARAL DA SILVA

CPF: 120.361.057-26



RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2024 – MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15940/2024

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 15940 / 24

Fls. 12 Rubrica P

1. DAS PRELIMINARES

Trata-se de resposta ao pedido de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90022/2024, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada na administração e fornecimento de cartões eletrônicos, magnéticos ou de similar tecnologia, visando a concessão de auxílio alimentação para os servidores públicos do Município de Saquarema, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional**, especificado no item 1.1 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

A impugnação foi apresentada pela empresa **VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.535.864/0001-33, recebido por e-mail eletrônico, em 29 de agosto de 2024.

2. DAS ALEGAÇÕES E DO PEDIDO

A impugnante, valendo-se da prerrogativa legal estabelecida no Art. 164 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, interpôs impugnação aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 90022/2024, pleiteando em síntese o exposto a seguir:

“Seja excluída a exigência de determinação, por parte do I. Órgão, de ausência de cobrança de taxa de administração dos estabelecimentos credenciados no Município de Saquarema/RJ.”

Desta forma, a impugnante requer que seja republicado um novo instrumento convocatório com as devidas adequações.

3. DO MÉRITO

Cabe frisar que o presente procedimento é regido pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Passemos, a seguir, à análise das alegações contidas no pedido de impugnação:



RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Processo 75940 / 24

Fls. 13 Rubrica R

Trata-se de resposta ao pedido de impugnação ao Edital de Licitação nº 90022/2024, na modalidade Pregão - SRP, na forma Eletrônica, regido pela Lei nº. 14.133/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na administração e fornecimento de cartões eletrônicos, magnéticos ou de similar tecnologia, visando a concessão de auxílio alimentação para os servidores públicos do Município de Saquarema, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, apresentado pela empresa VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 02.535.864/0001-33.

DA LEGITIMIDADE E ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

Nos termos do caput do Art. 164 da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

A pessoa impugnante é pessoa jurídica e apresentou peça impugnatória sem a comprovação de que o subscritor tem poderes para representá-la legalmente (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador). Tem-se, nesse sentido, as disposições contidas no Código Civil, nos artigos abaixo transcritos:

Art. 47. Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

Art. 653. Opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses. A procuração é o instrumento do mandato.

Art. 654. Todas as pessoas capazes são aptas para dar procuração mediante instrumento particular, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante.

Mesmo não tendo a impugnante cumprido os requisitos legais para o conhecimento da peça impugnatória em razão do vício de representação, segue a análise do mérito, por parte do presente órgão, em função dos princípios da moralidade, da eficácia, da eficiência, da publicidade e da transparência, elencados no art. 5º da Lei 14.133/2021.



DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

O item 24.1 do Edital estipula que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame. Considerando que o pedido foi recebido no dia 29/08/2024 e que a sessão pública será realizada em 05/09/2024, é clarividente afirmar que a impugnação ao edital, referente ao Pregão Eletrônico nº 90022/2024, formulado pela impugnante é tempestivo.

DA TEMPESTIVIDADE DA RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Conforme o subitem 24.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90022/2024, regido pelo parágrafo único, do art. 164, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento, será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil ulterior à data da abertura do certame, portanto, a resposta à impugnação é tempestiva.

DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Em suma, a impugnante afirma que o instrumento convocatório é eivado de vício, que pode, de forma clara macular a execução do objeto a ser prestado, conforme transcrição abaixo:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

O edital, em seus itens 3.6 a 3.8, informa que não será aceito que a empresa vencedora cobre qualquer valor/porcentagem a título de taxa de administração dos estabelecimentos credenciados na cidade de Saquarema/RJ, vejamos:

“3.6. Com a finalidade de promover o fomento do comércio local, será VEDADA a cobrança de taxa de administração dos estabelecimentos comerciais credenciados no Município de Saquarema em relação ao benefício do auxílio alimentação. 3.7. A fiscalização do contrato ficará atenta a qualquer tentativa de cobrança indevida da taxa de administração do comércio local, o que será considerado uma infração contratual e sujeitará a contratada às sanções administrativas cabíveis. 3.8. Durante a vigência do contrato, será VEDADA a cobrança de qualquer despesa adicional que não esteja relacionada ao benefício do auxílio alimentação.”



Diante disto, é notória a tentativa de intervenção do I. Órgão em uma relação que passa longe de sua competência. Ora, é totalmente inviável para a empresa vencedora deixar de cobrar taxa de administração dos estabelecimentos credenciados no Município. A exigência de ausência de cobrança de taxa perante os estabelecimentos credenciados se caracteriza como uma grave ofensa às regras da iniciativa privada e interferência direta na relação comercial entre os particulares.

Prefeitura Municipal de Saquarema

(...)

Processo 15940 / 24

Fls. 15 Rubrica P

Ante o exposto, a empresa VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A, requer seja a presente impugnação recebida e a ela seja dado provimento para que o edital seja suspenso e reformulado seguindo os seguintes itens sugeridos e razoáveis para o processo:

a) Seja excluída a exigência de determinação, por parte do I. Órgão, de ausência de cobrança de taxa de administração dos estabelecimentos credenciados no Município de Saquarema/RJ, por ser uma previsão editalícia contrária à jurisprudência das Cortes de Contas, além dos princípios da competitividade, legalidade, economicidade e impessoalidade.

Por fim, requer-se seja REPUBLICADO um novo instrumento convocatório com as devidas adequações, como é da mais elementar e necessária JUSTIÇA.

ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

O objeto da presente licitação, ora auxílio alimentação, beneficiará os detentores de cargo efetivo, os estáveis, os comissionados, os agentes políticos e os contratados por prazo determinado, que por meio do cartão eletrônico poderão adquirir gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais localizados no Município de Saquarema.

Preliminarmente, é oportuno salientar que a licitação é o instrumento de seleção, na qual se busca obter a proposta mais vantajosa ao interesse público. A Administração Pública determina as especificações do objeto a qual se pretende contratar, de modo a extrair as melhores condições de sua execução para adequar-se as suas finalidades, sempre pautadas na razoabilidade e proporcionalidade dos meios aos fins.



A impugnante alega que “o órgão licitante não pode tentar intervir na relação entre a Contratada e sua rede credenciada”, ocorre que a concessão do auxílio alimentação trata de interesse público, sobressaindo-se sobre o interesse privado, conforme os princípios basilares da Administração Pública que exigem que o interesse da coletividade tenha preferência em relação aquele do particular, evidenciando a relação vertical existente entre a Administração e os administrados, esse interesse pautou as especificações e exigências contidas no Termo de Referência do certame em questão, conforme estabelecido no art. 5º da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, que dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Posteriormente, a impugnante alega que “é totalmente inviável para a empresa vencedora deixar de cobrar taxa de administração dos estabelecimentos credenciados no Município”, e que “o órgão licitante não pode tentar intervir na relação entre a Contratada e sua rede credenciada, pois embora complementares, são relações reguladas por regimes jurídicos totalmente diferentes. interferindo diretamente na relação comercial entre os particulares”.

Ocorre que, diferentemente do mencionado pela impugnante, as convergências entre a LINDB e a Nova Lei de Licitações e Contratos são juridicamente estabelecidas, sendo de se ressaltar que o impacto está legitimado expressamente no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que determina que, na aplicação da lei, serão observados os princípios positivados, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). Logo, as regras voltadas à segurança jurídica e à eficiência na interpretação do direito público são expressamente aplicadas à realidade das licitações e contratos, conforme disciplina constante da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021).

Ressalta-se, ainda, que ao vedar a cobrança da taxa dos estabelecimentos, a Administração optou pela primazia do interesse público, pois os reflexos de médio e longo prazo dessa prática ocasionarão desvantagens e prejuízos ao Município e aos usuários do cartão magnético, uma vez que as empresas administradoras do cartão magnético acabam por repassar



o custo dos referidos “descontos” aos estabelecimentos credenciados, o que muitas vezes é feito mediante a cobrança de taxas elevadas.

Asseverou ainda que os estabelecimentos credenciados, visando manter as margens de lucro, repassarão os custos/taxas para os produtos, de modo que os beneficiários do cartão magnético acabarão adquirindo produtos a custos mais elevados e que a empresa certamente buscará reverter na sua relação com os estabelecimentos credenciados, sendo o custo final repassado ao consumidor final.

Ao vedar a cobrança, a Administração Pública pensou única e exclusivamente no desenvolvimento econômico pois quanto menor a taxa, mais estabelecimentos são credenciados e quando os consumidores compram localmente, mais dinheiro permanece no município, o que pode levar a um aumento do investimento e do desenvolvimento econômico local, conforme justificado no item 3.6 do Termo de Referência (Anexo I do Edital):

3.6. Com a finalidade de promover o fomento do comércio local, será VEDADA a cobrança de taxa de administração dos estabelecimentos comerciais credenciados no Município de Saquarema em relação ao benefício do auxílio alimentação.

Isto posto, ressalta-se que a Administração não pretende interferir arbitrariamente na relação contratual, tampouco deixou de considerar a remuneração da futura contratada, tanto que se dispôs a arcar integralmente com o custo da contratação, estando disposta a pagar a taxa de administração anual no valor de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais), que equivale a 5,0% (cinco por cento) do valor global do benefício. Desta forma, considerando o princípio da razoabilidade, limitar a cobrança dos estabelecimentos, evita surpresas e elevação dos custos que muitas vezes podem ser exorbitantes para os fornecedores e atende o interesse da Administração Pública.

À luz das considerações acima, verifica-se que a vedação da cobrança da taxa de administração entre a gerenciadora e os estabelecimentos credenciados se faz necessária considerando o objeto da presente contratação, pois limita a cobrança de taxas exorbitantes dos estabelecimentos, fomenta a economia do município de Saquarema/RJ e atende de forma eficaz a finalidade da concessão do benefício, permitindo o credenciamento de mais estabelecimentos, uma vez que elevadas taxas inviabilizam a participação de muitas empresas, em especial as de pequeno porte (ME e EPP), bem como beneficia os usuários finais do cartão, e, por consequência, a administração pública, que de forma indireta paga essa conta.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria de Administração, Receita e Tributação



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 15940 / 124

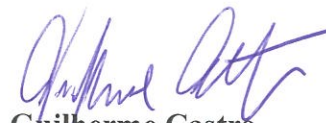
Fls. 18 Rubrica R

Diante das considerações apresentadas, analisando as razões da impugnante, manifesto pelo conhecimento da impugnação, tendo em vista a sua tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Portanto, o edital mantém-se inalterado e o certame ocorrerá normalmente na data e horário inicialmente divulgados.

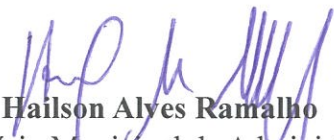
Saquarema, 02 de setembro de 2024.

Elaborado por:


Guilherme Castro
Pregoeiro
Matrícula: 8109-1

Guilherme V. e Castro
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. 8109

De acordo:


Hailson Alyes Ramalho
Secretário Municipal de Administração,
Receita e Tributação